



**Ana Isabel Matos
Modesto**

**“Impacto da aplicação do Regulamento nº 1606/2002
do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de
Julho: Razões da Mudanças, as alternativas à
mudança.”**



**Ana Isabel Matos
Modesto**

**“Impacto da aplicação do Regulamento nº 1606/2002
do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de
Julho: Razões da Mudanças, as alternativas à
mudança.”**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica de Jorge Manuel da Rocha São Marcos, e co-orientação de Paula Cristina da Silva Ferreira Neto Professores Adjuntos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

O Júri

PRESIDENTE

Graça Maria do Carmo Azevedo

Equipara a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e
Administração da Universidade de Aveiro

ORIENTADOR

Jorge Manuel da Rocha São Marcos

Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da
Universidade de Aveiro

CO-ORIENTADOR

Paula Cristina da Silva Ferreira Neto Rodrigues

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e
Administração da Universidade de Aveiro

ARGUENTE

Helena Maria Santos Oliveira

Equiparada a Assistente do 2º Triénio do Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto

palavras-chave

Harmonização Contabilística, União Europeia, Normas Internacionais de Contabilidade, Informação Financeira;

resumo

Actualmente os utilizadores da informação financeira, a nível global, têm mostrado a intenção de uma harmonização contabilística, no sentido de minimizar as inconsistências nos processos contabilísticos, reflexo aliás do crescimento dos mercados económicos e financeiros.

O presente trabalho pretende dedicar a nossa atenção à problemática do impacto do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho. Apresentamos as razões desta mudança, na prossecução da harmonização contabilística e mencionamos as alternativas que as empresas portuguesas têm, na elaboração das respectivas demonstrações financeiras.

keywords

Accounting Harmonization, European Union, International Accounting Standards, Financial Information;

abstract

Currently users of financial information, at the global level, have shown an intention of harmonizing accounting in order to minimize the inconsistencies in accounting, also reflects the growth of economic and financial markets. This work intends to devote our attention to the issue of impact of Regulation 1606/2002 of the European Parliament of the Council of 19 July. We present the reasons for this change, in pursuit of accounting harmonization and the alternatives mentioned that Portuguese firms have, in preparing their financial statements.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	pág. 4
CAPÍTULO 1 – OS ORGANISMOS E OS SEUS PAPÉIS	pág. 5
1.1 – INTERNACIONAIS	pág. 6
1.1.1 – ARC	pág. 6
1.1.2 – CERS	pág. 7
1.1.3 – EFRAG	pág. 9
1.1.4 – FASB	pág. 10
1.1.5 – IASB	pág. 11
1.1.6 – IOSCO	pág. 12
1.1.7 – UE	pág. 14
1.2 – NACIONAIS	pág. 18
1.2.1 – CMVM	pág. 18
1.2.2 – CNC	pág. 21
CAPÍTULO 2 – HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	pág. 23
2.1 – DIVERSIDADE CONTABILÍSTICA	pág. 23
2.1.1 – CAUSAS	pág. 24
2.1.2 – CONSEQUÊNCIAS	pág. 29
2.2 – NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO	pág. 30
2.3 – VANTAGENS E DESVANTAGENS	pág. 31
CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO	pág. 35
3.1 – NA UNIÃO EUROPEIA	pág. 35
3.1.1 – PERÍODO DE 1970-1990	pág. 35
3.1.2 – PERÍODO DE 1990-1995	pág. 36
3.1.3 – PERÍODO DE 1995-2000	pág. 37
3.1.4 – PERÍODO DE 2001-2005	pág. 39
3.2 – EM PORTUGAL	pág. 42

CAPÍTULO 4 – O “SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA” pág. 43

4.1 – O ORDENAMENTO CONTABILÍSTICO NACIONAL pág. 44

4.2 – AS ALTERNATIVAS pág. 50

CONSIDERAÇÕES FINAIS pág. 54

BIBLIOGRAFIA pág. 56

LISTA DE ABREVIATURAS

ARC – Accounting Regulatory Committee

BP – Banco de Portugal

CERS – Committee of European Securities Regulators

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CC – Código de Contas

EC – Estrutura Conceptual

EFrag – European Financial Reporting Advisory Group

EM – Estados Membros

EUA – Estados Unidos da América

FASB – Financial Accounting Standards Boards

IASB – International Accounting Standards Boards

IASC – International Accounting Standards Committee

IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

IOSCO – International Organization of Securities Commissions

ISP – Instituto de Seguros de Portugal

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SIC – Standing Interpretations Committee

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no âmbito do Mestrado de Contabilidade, leccionado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, num projecto de contabilidade, tendo por tema o “Impacto da Aplicação do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho: Razões da Mudança, as Alternativas à Mudança”.

No que respeita ao Regulamento, este contribui para o bom funcionamento dos mercados de capitais da Comunidade e do mercado interno. O objectivo deste Regulamento visa a adopção e utilização das normas internacionais de contabilidade (NIC) na Comunidade, com vista a harmonização da informação financeira apresentadas pelas empresas, como forma de assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das Demonstrações Financeiras.

A União Europeia (UE) também contribuiu para a harmonização dos mercados de capitais, criando uma maior competitividade entre as empresas. Foi um agente importante para a internacionalização das empresas.

No sentido de assegurar a eficiência e eficácia dos mercados de capitais e de proteger os seus intervenientes, foram criados organismos a nível internacional e nacional.

Este trabalho está organizado da seguinte forma:

No capítulo 1, apresentamos alguns organismos internacionais e nacionais, que tiveram um papel importante para a aprovação do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho e do processo da harmonização contabilística internacional. Destaca-se a nível internacional o IASB - *International Accounting Standards Boards* e ao nível nacional a CNC - Comissão de Normalização Contabilística.

No capítulo 2, abordamos as causas e consequências da diversidade contabilística, mostrando a necessidade de uma harmonização contabilística internacional. Também apresentamos as vantagens e desvantagens da harmonização contabilística, para os utentes da informação financeira.

No capítulo 3, apresentamos o processo levado a cabo pela União Europeia para esta harmonização, que se traduziu na aprovação do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho. No âmbito nacional, traduziu-se na elaboração do projecto de linhas de orientação do novo modelo de normalização contabilística, designado “ Sistema de Normalização Contabilística”.

Finalmente, no último capítulo, apresentamos as alternativas à mudança consequente do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, em Portugal, indicando as opções, para as empresas nacionais, na elaboração das respectivas demonstrações financeiras.

1. OS ORGANISMOS E OS SEUS PAPÉIS

Neste capítulo, vamos abordar alguns dos organismos a nível internacional e nacional que tiveram um papel importante na aplicação do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, com vista à harmonização contabilística internacional, da informação financeira. O artigo 4º do Regulamento estabelece que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as entidades cujos valores são negociados publicamente, devem elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as NIC¹.

1.1. INTERNACIONAIS

1.1.1. ARC

O ARC - *Accounting Regulatory Committee*, em português Comité de Regulamentação Contabilística, foi criado com as exigências contidas no artigo 52º da Directiva 78/660/CEE (IV Directiva).

O Comité de Regulação Contabilística tem duas funções: facilitar, sem prejuízos dos artigos 160º e 170º do Tratado, uma aplicação harmónica da presente directiva por uma concertação regular incidindo especialmente sobre problemas concretos na sua aplicação; e aconselhar, quando necessário, a Comissão Europeia sobre os complementos ou as alterações a fazer à presente Directiva.

As funções do ARC², são no sentido de facilitar a aplicação harmonizada das directivas contabilísticas, através de reuniões periódicas que tratam, em especial, os problemas práticos decorrentes da sua aplicação e, aconselhar a Comissão Europeia, se necessário, acrescentando ou alterando as directivas contabilísticas.

¹ As Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), denominadas IAS - *International Accounting Standards*, são adoptadas pelo organismo internacional de normalização contabilística, o IASB - *International Accounting Standards Board* (ver ponto 1.1.5.). Estas regras comuns denominar-se-ão futuramente NIRF - Normas Internacionais de Relato Financeiro, em inglês, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

² Ver o site http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/committees_en.htm

O ARC é composto por representantes dos Estados-Membros (EM) e presidido pela Comissão Europeia. Foi instituído por esta Comissão em conformidade com os requisitos contidos no artigo 6º do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho.

A função do ARC é de regulador. Consiste em fornecer um parecer sobre as propostas da Comissão Europeia, com vista à adopção das NIC, tal como previsto no artigo 3º do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho.

O ARC deu o seu primeiro passo no processo de endossar as NIC.

A Comissão Europeia congratulou o ARC, pela votação unânime a favor da adopção das NIC, incluindo as Interpretações Conexas, em inglês, *Standing Interpretations Committee* (SIC). Esta aprovação, inclui todas as NIC existentes e SIC, excepto para as NIC 32 e 39 e SIC 5, 16 e 17, de todos os que tratam da contabilização e divulgação de instrumentos financeiros e que o IASB - *International Accounting Standards Boards*³, em cooperação com peritos europeus de contabilidade, ainda estão a rever intensamente.

A aprovação das normas, é um elemento crucial do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, exigindo às sociedades com valores admitidos à negociação, incluindo bancos e companhias de seguros, para preparar as suas contas consolidadas, em conformidade com as NIC a partir de 2005.

³ Ver ponto 1.1.5.

1.1.2. CESR

O CERS - *Committee of European Securities Regulators*, que em português se traduz por, Comité Europeu dos Valores Mobiliários, foi criada nos termos da decisão da comissão, pelo Regulamento 2001/527/CEE, de 6 de Junho.

O papel do CESR⁴ traduz-se em:

- Melhorar a coordenação entre os reguladores de valores mobiliários;
- Desenvolver mecanismos eficazes da rede operacional do dia a dia, para melhorar a aplicação e fiscalização dos serviços financeiros dos mercados, tendo acordado o *Memorandum of Understanding* (MOU)⁵, em português Memorando Multilateral de Entendimento. O CESR tem dado um contributo significativo, para uma maior fiscalização e execução de actividades de valores mobiliários;
- Actuar como um grupo consultivo para auxiliar a Comissão da UE, principalmente na preparação de um projecto de medidas de execução de directivas da UE, no domínio dos valores mobiliários; e,
- Garantir que a aplicação da legislação comunitária nos Estados-Membros, seja mais consistente e oportuna no dia-a-dia.

⁴ Segundo o *site* <http://www.cesr-eu.org>

⁵ Este Memorando segundo a IOSCO (ver ponto 1.1.6.) foi efectuado no sentido de facilitar a aplicação transfronteiriças e o intercâmbio de informação entre a comunidade internacional de reguladores de valores mobiliários. Foi um marco importante para a cooperação internacional. Esta aprovação é aplicada com uma prioridade inequívoca operacional a aplicação eficaz, em particular na sua ampla adesão.

1.1.3. EFRAG

A EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group*, foi criada em 2001, como comissão técnica para assistir a Comissão Europeia na aprovação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), em inglês designadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo IASB⁶, fornecendo aconselhamento, sobre a qualidade técnica das IFRS. A EFRAG é um organismo de sector privado, criado pelas organizações europeias de relevo nos mercados de capitais europeus.

Em 2005, a EFRAG, chegou a um entendimento com a UE, no sentido de, trabalharem em conjunto, para melhorar a contribuição da Europa, no processo de definição de um padrão global. Também foi acordado reunir recursos no trabalho proactivo, a fim de estimular, realizar e gerir de forma mais eficaz o desenvolvimento de actividades, destinadas a incentivar sobre questões de contabilidade.

Em Março de 2006, e de acordo com o *site*, o papel da EFRAG foi formalizado no *Working Arrangement* ⁷, de acordo com a Comissão Europeia, no qual se afirma que “a EFRAG vai prestar aconselhamento à Comissão sobre todas as questões relativas à aplicação das *International Financial Reporting Standards* na União Europeia”.

A EFRAG é inspeccionada por um Conselho Fiscal do Estado-Membro e opera através de uma *Technical Expert Group* (TEG)⁸, o que torna as suas decisões independentes do Conselho Fiscal.

Recentemente, a EFRAG foi convidada pelo IASB, no sentido de proporcionar contributos para a convergência IASB/FASB⁹.

⁶ Ver ponto 1.1.5.

⁷ O *Working Arrangement Between European Commission and EFRAG* é um documento elaborado, a 26 de Março de 2006, em Bruxelas. No ponto 1 do documento, define o âmbito de trabalho da EFRAG e sua relação com a Comissão Europeia.

⁸ Sobre esta *Technical Expert Group* (TEG), o *site* www.efrag.org, refere que os membros TEG são nomeados pelo conselho de fiscalização, com o apoio de um conselho de nomeação, na sequência de um convite aberto aos candidatos. O conselho de fiscalização tem em conta a nomeação e a qualificação, em termos de conhecimento e experiência, para garantir um equilíbrio geográfico amplo, juntamente com a experiência de preparadores, profissionais de contabilidade, usuários e académicos. Para uma maior legalidade e transparência, estas reuniões mensais da TEG, são abertas ao público. Por isso, tem um papel pró-activa e reactiva.

1.1.4. FASB

Desde 1973, o FASB – *Financial Accounting Standards Boards* é uma organização do sector privado dos Estados Unidos da América (EUA), para o estabelecimento de normas de contabilidade financeira e relatórios. Estas normas, regulam a elaboração dos relatórios financeiros, proporcionando credibilidade, transparência e comparabilidade para os utentes dessa informação e, para a eficiência da economia. Elas são autorizadas, oficialmente, pela Securities and Exchange Commission (SEC) e pelo American Institute of Certified Public Accountants (AICPA).

A SEC é um organismo nos EUA, que protege os investidores. Tem como missão manter os mercados justos, ordeiros, eficientes, facilitando assim, a formação de capital. A SEC trabalha com outras entidades reguladoras, dos EUA.

A AICPA também é um organismo dos EUA, que tem como objectivo fundamental, proporcionar aos sócios, os recursos, informação e liderança, que lhes permita prestar valiosos serviços a nível profissional, para beneficiar o público, assim como empregadores e clientes. Regula os profissionais de contabilidade, de acordo com o código de ética. Supervisiona ainda, as actividades destes mesmos profissionais. A AICPA, também trabalha com organizações estaduais.

A missão da FASB é “estabelecer e melhorar as normas de contabilidade financeira e de comunicação para orientação e educação do público, incluindo os emitentes, auditores e usuários de informações financeiras.”¹⁰

A FASB cria padrões contabilísticos, que promovam a transparência, tendo por alvo os utilizadores das demonstrações financeiras – principalmente investidores e credores – em melhorar a informação financeira e nas suas tomadas de decisões económicas.

⁹ Ver ponto 1.1.5.

¹⁰ Segundo o *site* <http://www.fasb.org/>

1.1.5. IASB

Segundo MORAIS e LOURENÇO (2005), o IASB - *International Accounting Standards Boards* foi constituído em 29 de Junho de 1973 (com a então designação de *International Accounting Standards Committee* (IASC)), como consequência de um acordo entre os órgãos reguladores da contabilidade (da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e EUA).

Os objectivos do IASC são, segundo RODRIGUES (2005: 22), “formular e publicar, tendo em conta o interesse público, normas de contabilidade para serem observadas na apresentação de demonstrações financeiras; promover a sua aceitação e observância a nível mundial; trabalhar para a melhoria e harmonização de regulação contabilística, normas de contabilidade e procedimentos, relativos a apresentação das Demonstrações Financeiras.”

AMARAL (2001:45), realça que, deve “...proporcionar aos mercados financeiros informação verdadeira e apropriada, motivado pela preocupação fundamental de auxiliar os investidores e financiadores, na tomada das suas decisões económicas e financeiras”

O modelo de harmonização desenvolvido pelo IASC, segundo AMARAL (2006: 45) caracterizava-se por “envolver a profissão e não governos; estabelecer normas de aceitação voluntária e não leis; utilizar uma estrutura conceptual, onde predomina a substância sobre a forma e a divulgação da informação financeira ao invés de a ocultar”, com o objectivo “de proporcionar, aos mercados financeiros, informação verdadeira e apropriada, motivado pela preocupação fundamental de auxiliar investidores e financiadores na tomada das suas decisões económicas e financeiras.”

Em Março de 2001, em sequência de profundas alterações, o IASC deu lugar ao IASB. As normas emitidas pelo IASB passaram a denominar-se *International Financial Reporting Standards* (IFRS), em português, Normas Internacionais de Relato Financeira (NIRF).

Em Dezembro de 2001, segundo LOURENÇO E MORAIS (2005) na sequência da aprovação do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, o IASB alterou também a denominação das *Standing Interpretations Committee* (SIC), para *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC)¹¹. Desenvolveu-se ainda um projecto, para melhoramento das normas já existentes e iniciou-se um projecto de convergências das normas do IASB, com as normas do FASB.

No congresso, CRAVO (2006: 19), refere que esta convergência consiste “ (...) no compromisso entre o FASB e o IASB, trabalharem conjuntamente no sentido de fazerem aproximar os *US GAAP* (que são as normas emitidas pelo FASB) e as IFRS (são as normas emitidas pelo IASB), com vista a estabelecerem normas contabilísticas globais, de alta qualidade, que permitam a comparação da situação financeira dos diversos intervenientes no mercado global”.

CRAVO destaca a ambiguidade «Regras vs Princípios», referindo, “o *US GAAP* é um sistema baseado em regras “prescritivas” concebidas para um mercado específico (...), a sua extensão e características tornam pouco provável que funcione numa base global (...), muitos países são reticentes a subordinar os seus princípios a um país específico.”

Os objectivos do IASB são: “desenvolver, no interesse público, um conjunto único de normas contabilísticas globais de alta qualidade, compreensíveis e susceptíveis de serem impostas, que exijam informação de alta qualidade, informação transparente e comparável nas demonstrações financeiras e em outro relato financeiro, para ajudar os participantes dos mercados de capitais e outros utentes, a tomarem decisões económicas; promover o uso e a rigorosa aplicação das normas; e, conseguir a convergência de normas contabilísticas nacionais e de normas internacionais, com vista a realização da normalização contabilística.” SILVA (2004: 46)

¹¹ As IFRIC servem para interpretar a aplicação das IFRS e proporcionar orientação, em tempo oportuno, sobre assuntos de relatos financeiros não tratados directamente por qualquer IFRS, no contexto da estrutura conceptual do IASB. Publicar minutas das interpretações para apreciação pública e levar em conta os comentários efectuados, num período razoável de tempo, antes da finalização da Interpretação para ser reportadas ao IASB e assim obter aprovação das interpretações na sua forma final, e, desenvolver outras tarefas a pedido do IASB.

1.1.6. IOSCO

Actualmente o IOSCO – *International Organization of Securities Commissions*, é reconhecido como a Organização Internacional para os Mercados de Valores Mobiliários. É uma organização de ampla adesão, que regulamenta mais de noventa por cento dos mercados de valores mobiliários de todo o mundo.

O IOSCO nasceu em 1983, a partir da transformação da sua antepassada associação inter-regional Americana (criada em 1974), numa verdadeira cooperação internacional. Em Abril de 1983, onze agências reguladoras de valores mobiliários do Norte e América do Sul reunidos, em Quito (Equador) tomaram esta decisão importante.

Em 1993, a IOSCO e o IASC (que mais tarde se designou IASB)¹², chegaram a um acordo, sobre uma lista mínima de um organismo de "núcleo de normas contabilísticas", para as demonstrações financeiras das empresas envolvidas nos processos transfronteiriços.

Depois de várias conversações, em 1995, celebra-se um acordo entre o IOSCO e o IASC, tendo em vista o desenvolvimento de um programa de trabalho para o período de 1995 a 1999. O IOSCO estudou a aceitação da sua concordância, para que as bolsas de valores aceitassem a sua utilização por parte das sociedades, com valores admitidos à negociação em bolsas estrangeiras. Por seu lado, o IASC anunciou o compromisso de concluir as normas fundamentais, em 1999.

Em 2002 a IOSCO aprovou o *Memorandum of Understanding* (MOU)¹³, em português, Memorando Multilateral de Entendimento.

¹² Ver ponto 1.1.5.

¹³ Ver nota 5.

Segundo a IOSCO¹⁴, os seus princípios vêm organizados no Regulamento: *Objectives and Principles of Securities Regulation*. São três: (1) a protecção dos investidores¹⁵; (2) assegurar que os mercados sejam justos, eficientes e transparentes; e, (3) por último, a redução do risco sistemático. Estes objectivos estão estreitamente relacionados e, em alguns aspectos, sobrepõem-se. Muitas das exigências ajudam a garantir um mercado justo, eficiente e transparente, protegendo os investidores e reduzindo o risco sistemático. E, por outro lado, muitas das medidas que reduzem o risco sistemático, fornecem protecção aos investidores.

1.1.7. UE

A UE - União Europeia, apesar de vir referida neste Capítulo, Organismos Internacionais, gostávamos de evidenciar que não a consideramos um Organismo, mas sim, uma Organização.

É uma organização estabelecida 1992, com o nome Tratado da União Europeia (normalmente conhecido como Tratado de *Maastricht*).

A intenção de harmonização por parte da UE é manifestada há alguns anos.

A finalidade fulcral da UE é a promoção de um mercado único, através das convergências progressivas das leis dos diferentes EM.

“Mais de doze anos depois, o mercado único europeu é para todos uma evidência. Com o desaparecimento dos antigos entraves, as pessoas, as mercadorias, os serviços e os capitais circulam na Europa tão livremente como se de um único país se tratasse”, refere em poucas palavras o portal¹⁶ da UE.

MORAIS e LOURENÇO (2005), enumeram três etapas principais do processo levado a cabo pela UE, para alcançar o objectivo primordial. O Conselho Europeu tem realizado vários esforços no mesmo seguimento.

¹⁴ No site <http://www.iosco.org/>

¹⁵ O termo “investidor” destina-se a incluir outros clientes ou consumidores de serviços financeiros.

¹⁶ Segundo site http://europa.eu/index_pt.htm

A primeira fase, de 1970 a 1990, que se caracteriza pela aprovação e implementação de directivas comunitárias, que obrigam todos os EM quanto aos resultados a alcançar, e a estabelecer os elementos mínimos comuns ao direito contabilístico europeu.

São portanto, instrumentos que devem adaptar-se e ser transpostos para as legislações nacionais dos EM, a quem cabe a promoção dos instrumentos legislativos e regulamentares, necessários para adequar a sua legislação, aos mínimos impostos pelo normativo comunitário.

Das directivas publicadas, com intuito de promover a harmonização da informação financeira proporcionada pelas empresas, sedeadas nos diferentes países da União Europeia, destacam-se a Directiva 78/660/CEE (IV Directiva) e a Directiva 83/349/CEE (VII Directiva), relativas, respectivamente, à elaboração e publicação de informação financeira individual e consolidada. Estas, contemplam a hipótese dos EM não procederem à sua aplicação aos bancos e outras instituições financeiras e às seguradoras, para as quais estava prevista a elaboração de directivas específicas.

Mais tarde, foram emitidas directivas específicas, nomeadamente, a directiva 86/635/CEE, de 8 de Dezembro, relativas às contas anuais e consolidadas dos bancos e outras instituições financeira; e, a directiva 91/674/CEE, de 19 de Dezembro, relativa às contas anuais e consolidadas das empresas seguradoras. Actualmente também já existem duas novas directivas, a directiva 2001/65/CEE, de 2 de Setembro, que altera a directiva 78/660/CEE (IV Directiva) e a directiva 83/349/CEE (VII Directiva), no que diz respeito às regras de valorimetria aplicável às contas anuais e consolidadas, de certas formas de sociedades, bem como bancos e outras instituições financeiras, de forma a manter a coerência das directivas e das normas do IASB (isto é activos e passivos, sejam valorizados ao justo valor).

A directiva 2003/51/CEE, de 18 de Junho, que altera as directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE, relativa às provisões e acontecimentos posteriores à data do balanço das contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades (bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros), tem como objectivo de assegurar a coerência, entre legislação comunitária e as normas do IASB.

Porém, o processo de harmonização levado a cabo pela UE durante esta fase, foi sujeito a algumas críticas, consequência dos diplomas resultarem de um longo processo negocial, que não culminou numa posição consensual.

Verificou-se, essencialmente, um elevado número de disposições de carácter opcional, utilização de conceitos imprecisos e ausência de regulamentação sobre algumas questões. Mesmo assim, a emissão das directivas tornaram-se praticamente uma declaração de intenção. Foi considerada como um ponto de partida no processo de harmonização, das práticas contabilísticas na UE.

Uma segunda fase abrange, a primeira metade da década de 90, e caracteriza-se pela apatia e paragem no processo de harmonização contabilística europeu.

A terceira fase inicia-se em 1995, com a emissão de uma comunicação intitulada: “Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional” [COM 1995 (508)].

Nos pontos 2, 3, 4 e 5 da Comunicação do Comissário MONTI à Comissão aborda que, esta nova estratégia é no sentido “ (...) de suplantar as divergências existentes entre as exigências em matéria de informação impostas pelos mercados de capitais internacionais (...), a proposta está orientada, não tanto para as directivas (...), associando a UE, aos esforços desenvolvidos pelo IASC e pela IOSCO, com vista a uma harmonização internacional mais abrangente, das normas contabilísticas (...).”

Mais à frente, MONTI, comunica que “esta nova abordagem não significa que a União Europeia tenha abandonado os seus esforços de harmonização no domínio contabilístico. Pelo contrário, a UE deverá preservar e continuar a desenvolver os resultados por si própria a nível de harmonização contabilística (...) esta estratégia baseia-se (...) no sentido de melhorar a comparabilidade das contas, essencialmente as das empresas de grandes dimensões cotadas na bolsa”.

Em 2000, tendo em conta as pressões, que visam a comparabilidade da informação financeira, como factor imprescindível para atingir o objectivo fixado pelo Conselho Europeu de Lisboa, a Comissão emitiu uma nova comunicação intitulada “A Estratégia da União Europeia para o Futuro em Matéria de Informações Financeiras a Prestar pelas Empresas”, [COM 2000 (359)].

Este comunicado anuncia, na sua síntese, que “até ao final de 2000, a Comissão apresentará uma proposta formal, que exigirá que todas as sociedades cotadas na UE elaborem as suas contas consolidadas, em conformidade com um conjunto único de normas contabilísticas, designadamente, *International Accounting Standards* (IAS).”

Este requisito produzirá efeitos, o mais tardar, a partir de 2005. Os EM serão autorizados a alargarem a aplicação das normas IAS, às sociedades não cotadas e às contas individuais (...); até ao final de 2001, a Comissão apresentará uma proposta destinada a modernizar as directivas comunitárias, para que estas possam continuar a ser a base para as informações financeiras, a prestar por todas as sociedades de responsabilidade limitada.”

A Comissão, em 2002, aprovou a proposta do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, obrigando as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos a negociação, num mercado regulamentado de qualquer EM, passem a preparar o exercício, com início em, ou depois, de 1 de Janeiro de 2005, e elaborem as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas do IASB, aprovadas pela Comissão da União Europeia.

O Regulamento visa contribuir para o bom funcionamento dos mercados de capitais, com uma boa relação de custo / benefício.

Considera-se que, para tal, as sociedades cujos títulos são negociados publicamente, devem aplicar um único conjunto de regras internacionais de contabilidade, de elevada qualidade, para efeitos de elaborações das respectivas contas consolidadas.

Este Regulamento define o mecanismo de aprovação, cujo objectivo é o de confirmar que as normas do IASB, proporcionam base adequada para prestação de informação financeira, por parte das sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação na UE. O papel deste mecanismo não é o de reformular ou substituir as normas do IASB, mas sim, o de controlar adopção de novas normas e interpretações, intervindo apenas quando estas contenham deficiências relevantes, ou não tenham em conta, características específicas do contexto económico ou jurídico da UE.

1.2. NACIONAIS

1.2.1. CMVM

A CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários foi criada em Abril de 1991. A CMVM rege-se pelo seu estatuto (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 473/99, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 232/2000, de 25 de Setembro e pelo Decreto-Lei nº 183/2003, de 19 de Agosto, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2008, de 26 de Agosto), e pelo Código dos Valores Mobiliário.

No que neles não for previsto, ou com eles não for incompatível, rege-se pelas normas aplicáveis às entidades públicas empresariais.

A CMVM está sujeita à tutela do Ministro das Finanças, nos termos do presente Estatuto e do Código dos Valores Mobiliários.

A sua missão é a de supervisionar e regular os mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados (tradicionalmente conhecidos como “mercados de bolsa”), e a actividade de todos os agentes, que neles actuam.

O seu papel de supervisionar consiste:

- No acompanhamento permanente da actuação das pessoas ou entidades, que intervêm no mercado de capitais com o objectivo de detectar actos ilícitos, nomeadamente na negociação em bolsa;
- Na fiscalização do cumprimento de regras;
- Na detecção de infracções;
- Na punição dos infractores, designadamente por aplicação de coimas;
- Na concessão de registos de pessoas e operações, para verificar se foram cumpridas as regras aplicáveis;
- Na difusão de informações, nomeadamente sobre empresas cotadas.

Todas as pessoas ou entidades que estão sujeitas a supervisão devem prestar toda a colaboração solicitada. Dentro dos limites permitidos por lei, a CMVM informa o público, sobre as violações detectadas da lei e as sanções aplicadas.

Outro papel da CMVM é o de regulação¹⁷, que consiste na elaboração de normas¹⁸ sobre o funcionamento de um sector da actividade económica, sobre o funcionamento de mercados e a actividade das entidades que neles intervêm.

Também regula o funcionamento dos mercados de valores mobiliários, a realização de ofertas públicas, a actuação de todas as entidades que operam nesses mercados e, de um modo geral, todas as matérias que dizem respeito a esta área de actividade.

¹⁷ Na sua actividade de regulação, através do site <http://www.cmvm.pt>, a CMVM, publica no seu boletim mensal: Regulamentos, instruções (visam definir procedimentos internos de certas categorias de entidades), recomendações (dirigidas a uma ou mais pessoas sujeitas à sua supervisão) e pareceres genéricos (sobre questões que lhe sejam colocadas por escrito por qualquer entidade sujeita à sua supervisão ou pelas respectivas associações).

¹⁸ De referir que existem normas aplicáveis aos mercados e às actividades que assumem a forma de Lei ou Decreto-Lei, por isso, não são aprovadas pela CMVM, mas sim, pela Assembleia da Republica ou pelo Governo, respectivamente. O diploma mais importante neste sector de actividade é o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro.

Ao aprovar estes actos, a CMVM contribui para que o mercado português de valores mobiliários, seja dotado de uma regulação moderna e actualizada.

A CMVM tem outro papel fulcral, que é o da cooperação. Participa em organizações internacionais como:

- A IOSCO¹⁹;
- O CERS - *Committee of European Securities Regulators*²⁰, em português, Comité das Autoridades de Regulamentação dos Mercados Europeus de Valores Mobiliários;
- O Instituto Ibero-Americano de Mercados de Valores (IIMV)²¹ e;
- Acompanha os trabalhos de instituições da União Europeia.

A nível nacional, a CMVM coopera com organizações que têm funções de supervisão e regulação do sistema financeiro, como:

- O Banco de Portugal (BP)²²;
- O Instituto de Seguros de Portugal (ISP)²³.

Através destas cooperações, a CMVM procura:

- Tornar a supervisão mais eficaz;
- Aproximar a sua actuação das práticas seguidas pelas instituições que, noutros países, desempenham as mesmas funções;
- Combater as actuações fraudulentas de carácter internacional.

¹⁹ Ver ponto 1.1.6.

²⁰ Ver ponto 1.1.2.

²¹ Este Instituto, segundo o *site* <http://www.cesr-eu.org/>, é um organismo criado para promover o desenvolvimento dos mercados de valores mobiliários e da total transparência; melhorar o conhecimento da sua estrutura e regulamentação; e promover a harmonização e cooperação entre os supervisores e reguladores.

²² O *site* <http://www.bportugal.pt/> refere que, compete ao BP, "velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, assegurando, com essa finalidade, designadamente, a função de refinanciador de última instância".

²³ O ISP, segundo *site* <http://www.isp.pt/>, é "autoridade oficial portuguesa de regulação e supervisão da actividade seguradora e resseguradora, dos fundos de pensões e da actividade de mediação de seguros, bem como actividades conexas ou complementares daquelas. A função de supervisão, consiste no acompanhamento dos operadores (...) e vigilância do cumprimento das normas legislativas e regulamentares, que regem o sector."

A CMVM prossegue os seguintes objectivos:

- A protecção dos investidores;
- A eficiência e a regularidade de funcionamento dos mercados;
- O controlo da informação;
- A prevenção de riscos;
- A prevenção e a repressão de actuações ilegais.

1.2.2. CNC

A CNC - Comissão de Normalização Contabilística, foi criada pelo Decreto-Lei nº 47/77, de 5 de Fevereiro, sendo posteriormente regulamentada, pelas portarias nºs 819/80, de 13 de Outubro e 262/97, de 3 de Abril.

Mais recentemente, o Decreto-Lei nº 367/99, de 18 de Setembro, reestruturou a CNC, conferindo-lhe o modelo e o estatuto actual. A CNC é um organismo tecnicamente independente, que tem como órgãos, o Presidente da CNC, o Conselho Geral e a Comissão Executiva. O Presidente da CNC, é designado pelo Ministério das Finanças, incumbindo-lhe representar a entidade, presidir ao Conselho Geral e assistir as reuniões da Comissão Executiva, quando entende conveniente ou, quando a pedido do presidente desta.

A missão da CNC é de contribuir para a melhoria de qualidade da informação financeira e, os seus objectivos, são:

- Emissão de normas contabilísticas;
- Estabelecimento de procedimentos contabilísticos, harmonizados com as normas comunitárias e internacionais, da mesma natureza.

As competências da CNC são, segundo SILVA (2004: 32-33): “emitir normas e interpretações de efeito obrigatório. A sua intervenção deve situar-se em dois planos distintos: externo e interno.”

No plano externo, a CNC deverá envolver-se no processo de elaboração da regulamentação contabilística na UE e no processo de tramitação (“*due process*”), das IFRS. Deverá ainda, apreciar a tradução para a língua oficial portuguesa, dos documentos do IASB.

No plano interno, as suas principais competências e acções traduzem-se na, apresentação de proposta das Normas Contabilísticas Gerais, elaboração e emissão das normas contabilísticas de relato financeiro, bem como as normas interpretativas.

Compete-lhe ainda, a elaboração dos Modelos de Demonstrações Financeiras gerais e simplificadas, bem como o código de contas; promoção da discussão pública das normas a ela relativa; apreciação das respostas recebidas; acolhimento das sugestões, que se julgam pertinentes; submissão dos elementos contabilísticos à aprovação governamental, quando exigido; apresentação pública das normas; divulgação dos elementos de normalização através de meios apropriados; e, execução de outros trabalhos, no âmbito das competências do órgão.

Depois de relatar os papéis de alguns dos organismos internacionais e nacionais, verificamos que todos prosseguem no sentido da harmonização internacional, isto é, de um mercado eficiente e transparente. Cada organismo vai ter sempre a sua própria função, até ser alcançado a harmonização contabilística internacional. Deverá demorar alguns anos a concretizar-se e vai ser necessário um esforço árduo de cada organismo. Os organismos internacionais mais fulcrais, têm de estar atentos e apoiar os países com mais dificuldade em adaptar-se a estas mudanças.

2. HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Neste capítulo de harmonização contabilística, iremos começar por abordar o tema diversidade contabilístico, referindo as suas causas e consequências. Também falaremos, seguidamente, sobre a necessidade de harmonização contabilística e quais as suas vantagens e desvantagens, para os seus intervenientes.

2.1. DIVERSIDADE CONTABILÍSTICA

A diversidade contabilística é, hoje, um obstáculo no processo de harmonização.

“A contabilidade já é tão antiga, quanto a história da civilização. Só mencionado um pouco do passado, nos dá uma ideia para os factos presentes. Existe desde os primórdios da civilização e, durante um longo período, foi tida como a arte da escrituração mercantil. Utilizava técnicas específicas, que se foram aperfeiçoando e especializando, sendo algumas delas aplicadas até hoje. A história da contabilidade, segundo historiadores e estudiosos, divide-se em quatro períodos: Contabilidade do Mundo Antigo²⁴, Contabilidade do Mundo Medieval²⁵, Contabilidade do Mundo Moderno²⁶ e Contabilidade do Mundo Científico²⁷.”²⁸

A Contabilidade tornou-se uma necessidade, para se estabelecer o controle das inúmeras riquezas, que o Novo Mundo representava.

O surgimento do *American Institut of Certield Public Accountants* (AICPA)²⁹, foi de extrema importância no desenvolvimento da Contabilidade e dos seus princípios.

²⁴ Período que se inicia com a civilização do homem e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o *Liber Abaci*, da autoria de Leonardo Pisano.

²⁵ Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Paciolo, publicado em 1494, enfatizando a teoria da contabilidade do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

²⁶ Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da Obra *"La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche"*, da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

²⁷ Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

²⁸ Ver <http://www.gesbanha.pt/indexb.htm>

²⁹ Ver ponto 1.1.4.

Várias associações empreenderam muitos esforços e grandes somas, em pesquisas nos Estados Unidos. Havia uma total integração entre académicos e os já profissionais da Contabilidade, o que não ocorreu com as escolas europeias, onde, as universidades foram decrescendo em nível e importância.

SILVA (2007), defende que houve uma época em que cada país tinha um modelo específico. Hoje, as economias estão interligadas e a contabilidade, que é das ciências mais internacionalizadas, requer padrões uniformes e regras harmonizadas, entre os diversos países.

2.1.1. CAUSAS

Como refere NOBES (1996) in AMARAL (2001), possivelmente algumas das principais causas da diversidade contabilística internacional, relaciona-se com a variação no método predominante de financiamento das empresas.

Os EUA e o Reino Unido, expoentes máximos do modelo anglo-saxónico, têm uma longa história de obtenção de recursos financeiros, junto de investidores e financiadores externos à empresa. Neste tipo de países, os grandes financiadores são os accionistas, pelo que toda a informação financeira centra-se para o investidor bolsista, que não tendo acesso a informação interna da empresa, pressionou no sentido da sua divulgação pública.

Este facto, fez desenvolver as práticas contabilísticas nestes países, como sejam, a consolidação de contas, a demonstração de fluxos de caixa, o relato financeiro intercalar, a informação financeira segmentada e os preços de transferência, entre outros.

Noutros países, com influência continental, no que diz respeito ao financiamento das empresas é feito por parte dos bancos, do Estado ou pequenos grupos financeiros familiares.

Uma vez que muitas empresas são dominadas por seguradoras, bancos, Estado ou por famílias de proprietários estes não necessitam de uma informação financeira detalhada, visto que, são os detentores do capital da empresa, pertencem a administração, ou seja, são, ao mesmo tempo, preparadores e utilizadores da informação financeira.

Outra causa deste desequilíbrio, é a influência da fiscalidade na contabilidade.

Os sistemas clássicos, mais propriamente europeus, têm a noção de que o Estado é um sócio, um parceiro invisível e não um custo. Nos países da Europa, a predominância dos impostos na contabilidade é marcante, a informação financeira serve, em grande parte, para determinar o montante de imposto a pagar pela empresa.

As regras fiscais sobrepõem-se às contabilísticas, obrigando as empresas a registar custos e proveitos de acordo com as primeiras, verificando-se, em alguns casos, uma subversão na aplicação dos princípios contabilísticos geralmente aceites.

Nos países de influência anglo-saxónica, o relato financeiro é concebido, primordialmente, no sentido de ser útil para os mercados de capitais e não para efeitos de determinação da matéria colectável das empresas. Com isso, verifica-se um alto grau de separação entre as normas contabilísticas e as fiscais.

Nestes países, onde prevalece um sistema contabilístico de raiz anglo-saxónica, reconhece-se que o principal objectivo das demonstrações financeiras é o de fornecer uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa e dos resultados operacionais por ela efectuadas. Nessa medida, os critérios fiscais não devem interferir na obtenção dessa mesma informação.

Consequentemente, nestes países o resultado fiscal acaba por usar como ponto de partida o resultado contabilístico, introduzindo-lhe as correcções extra-contabilísticas tidas como necessárias, em face das exigências do próprio sistema tributário.

Para NOBES (1996) in AMARAL (2001), o sistema legal também é um factor determinante nas diferenças contabilísticas, entre os dois agrupamentos.

De entre os países mais desenvolvidos do mundo, existem sistemas legais distintos que por sua vez conduziram a dois padrões de desenvolvimento das práticas contabilísticas: *Codified Roman Law*³⁰ e o *Common Law*³¹.

A maior parte dos países da Europa Continental, tem um sistema legal baseado no direito romano, de orientação legalista, cujas leis contêm um conjunto de obrigações que estabelecem normas mínimas, que determinam o comportamento que se espera dos cidadãos.

Em países como a França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, as leis estão ligadas a ideias de justiça e moralidade, tornando-se doutrina. As leis das sociedades e os códigos comerciais, estabelecem regras detalhadas para a contabilidade e para o relato financeiro.

Na Alemanha, a contabilidade das sociedades, é uma extensão da lei das sociedades.

Em França e Portugal, a maior parte do detalhe da legislação contabilística, apoia-se em planos de contas emanados de comissões especializadas e aprovadas pelos governos³².

Muitos outros países, usam uma versão do sistema legal inglês (*Common Law*), que tem como objectivo primordial dar solução a casos específicos, em detrimento da formulação de regras gerais para o futuro.

Neste sistema, o Estado tende a não emitir normas contabilísticas, deixando que a profissão as elabore através de organismo de regulamentação contabilística, constituídos por vários grupos de interesse.

³⁰ Sistema Legal baseado no direito Romano.

³¹ Sistema Legal baseado no direito Inglês.

³² Ver ponto 1.2.

Estes, têm a capacidade para atrair pessoas, cuja competência técnica, é garantir o desenvolvimento e a implementação de sistemas de mensuração e divulgação, capazes de responder aos utentes das demonstrações financeiras. As normas contabilísticas por eles emanadas, tendem a ser flexíveis e rapidamente adaptáveis à realidade envolvente.

Em síntese, os utentes da informação financeira dos países com influência anglo-saxónica (por exemplo, EUA e Reino-Unido), esperam obter uma imagem verdadeira e apropriada, dos resultados e da posição financeira da empresa, que os ajude na tomada de decisões económicas e financeiras.

Pelo contrário, em outros países, o objectivo é o de assegurar a existência de uma contabilidade prudente, com vista à protecção dos credores, e, proporcionar uma contabilidade uniforme, que sirva de base à função tributária.

O quadro seguinte é a síntese das diversidades contabilísticas. Identificamos dois grupos distintos – o anglo-saxónico e o continental - com as suas próprias características.

Este quadro foi elaborado, tendo em conta o que elaborou NOBES (1996) in AMARAL (2001:38):

Área de influência anglo-saxónica	Área de influência continental
<ul style="list-style-type: none">▪ As normas são elaboradas por associações privadas de profissionais, baseadas no direito inglês (<i>Commom Law</i>),▪ Grandes mercados de capitais,	<ul style="list-style-type: none">▪ As normas têm fontes Governamentais e baseiam-se no direito romano (<i>Codified Roman Law</i>),▪ Pequenos ou médios mercados de capitais.

<ul style="list-style-type: none"> ▪ As normas apenas indicam princípios contabilísticos gerais, ▪ Aplicação das normas baseia-se na aceitação geral, ▪ As normas são de aplicação voluntária, ▪ Predomínio das sociedades de capitais, ▪ Separação entre gestão e a propriedade, ▪ Mercados de capitais mais desenvolvidos, ▪ Frequentemente recurso aos mercados de capitais, ▪ Accionistas como principais destinatários da informação financeira, ▪ Separação entre normas fiscais e as contabilísticas, ▪ Diferente informação contabilística preparada para os accionistas e para o Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As normas são mais pormenorizadas, ▪ A aplicação das normas decorre de imposição legal ▪ As normas são aplicação obrigatória, ▪ Predomínio das pequenas e médias empresas, ▪ Não separação entre a gestão e a propriedade, ▪ Mercados de capitais menos desenvolvidos, ▪ O financiamento com recurso a banca, ▪ Estado e credores como principais destinatários da informação, ▪ Ligação entre normas fiscais e contabilísticas, ▪ Coincidência entre informação preparada para accionistas e para o Estado.
--	---

Fonte: Própria

NOBES (1996) in AMARAL (2001), refere que, o sintoma disto tudo está visível no tamanho, idade, força e competência da profissão contabilística, que difere de país para país.

Defende AMARAL (2001:41), “Quanto mais influente for a profissão, em termos de regulamentação, maior é o seu desenvolvimento”.

2.1.2. CONSEQUÊNCIAS

Quando a informação financeira é preparada para os seus utentes, em função de um conjunto de princípios e procedimentos, que variam de país para país, as consequências da diversidade contabilística, segundo AMARAL (2001: 35), existem por “ (...) ausência de comparabilidade entre os vários relatos financeiros conduzindo a situações cada vez mais indesejáveis”, porque os custos com a preparação da informação financeira, aumentam.

Uma empresa que tenha a sua sociedade a operar em vários países, terá de preparar tantas Demonstrações Financeiras quantas, os países em que opera.

Outra situação indesejável, refere AMARAL (2001: 35) é quando investidores e outros utentes “pretendam analisar determinado sector de actividade à escala internacional”, primeiro, podem não se aperceber de investimentos potencialmente lucrativos, uma vez que não confiam na informação financeira e segundo, ao não se darem conta da natureza das diferenças contabilísticas, podem vir a tomar decisões financeiras pouco correctas.

Por isso, as empresas tendem a ter um sistema uniforme, do desempenho financeiro e das suas unidades produtivas, em todos os países em que opera.

Com todas estas dificuldades inerentes ao processo de análise económico-financeira, a concorrência entre os mercados de capitais mundiais é prejudicada, e as empresas poderão ter de suportar elevados custos de capitais, em resultado das dificuldades criadas em torno da compreensão da sua real situação económica e financeira.

Mais ainda, a credibilidade da informação financeira é posta em causa, se uma empresa relatar diferentes resultados em diferentes países, para o mesmo conjunto de transacções.

Por tudo isto, cada vez mais, existe um maior número de interessados para que a harmonização contabilística internacional seja efectivada, destacando-se, o IASB³³, as empresas multinacionais, as instituições de grande dimensões e, entre outras, organizações intergovernamentais, como sejam, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento económico (OCDE)³⁴, a Organização Nações Unidas (ONU)³⁵ e União Europeia (UE)³⁶.

Na opinião de LAWRENCE (1997) in CUNHA (2006:39), “é difícil determinar o nível de influência que a OCDE tem tido ao nível da harmonização mundial mas, pelo menos, faz passar a mensagem de que nem tudo é perfeito, mesmo nos países desenvolvidos e que, não existe um modelo contabilístico único (*the one best way*), com vista à harmonização contabilística mundial.”

2.2. NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO

A necessidade da harmonização contabilística internacional, surge do facto da existência da diversidade contabilística³⁷.

Segundo LEMOS (2006), a necessidade de aumentar a comparabilidade da informação, está na base da harmonização contabilística, que tem sido definida como um processo que visa a comparabilidade das práticas contabilísticas.

³³ Ver ponto 1.1.5.

³⁴ A OCDE elaborou um conjunto de princípios condutores para as empresas. Trata-se de recomendações com vista a melhorar a informação ao público sobre a estrutura, actividades e políticas das empresas, em complemento das divulgações obrigatórias, refere AMARAL (2001: 56).

³⁵ Conforme Comunicado 2003/751, de 4 de Dezembro, da Organização das Nações Unidas (ONU), institui um grupo intergovernamental de peritos em normas internacionais de contabilidade, com objectivo de desenvolver e publicar normas, para apresentação da informação financeira pelas empresas multinacionais. Este organismo, limita-se a fazer as recomendações, na esperança que os países adoptem.

³⁶ Ver ponto 1.1.7.

³⁷ Ver ponto 2.1.

No actual cenário, denominado por «globalização»³⁸, a harmonização contabilística surge como o instrumento indispensável, devido à sua suposta eficácia no aumento da comparabilidade da informação financeira.

Defende LEMOS que a normalização e harmonização são processos distintos. A normalização visa a uniformidade das práticas contabilísticas. A harmonização contabilística atende mais às especificidades económicas, sociais e culturais de cada país.

Segundo AMARAL (2001: 34), “a crescente interpenetração e crescimento dos mercados económicos e financeiros conduz à reconhecida necessidade de procura da minimização das inconsistências nos procedimentos contabilísticos, entre os diversos países.”

Por isso, a necessidade de implementação de um conjunto de normas aceites internacionalmente, com vista a assegurar, que a informação que serve de base à tomada de decisões económicas, por parte dos agentes económicos, seja transparente, compreensível, fiável, consistente e comparável ao nível internacional.

Cada país segue as suas linhas de tratamento contabilístico, que pode ter impactos no relato financeiro de uma mesma identidade económica e financeira, nos diferentes países em que opera, vindo a se apurar diferenças nos seus resultados.

2.3.VANTAGENS E DESVANTAGENS

Segundo BELKAOUI (1992) in AMARAL (2001), enumera várias vantagens da harmonização contabilísticas a nível internacional.

A primeira vantagem, é que muitos países ainda não têm um adequado conjunto de normas de contabilidade e auditoria.

³⁸ Segundo AMARAL (2001:34), entende-se por «Globalização», um fenómeno que “pode ser entendido como o processo pelo qual os mercados e a produção de diferentes continentes se tornam crescentemente interdependentes, em consequência do desenvolvimento dos fluxos do comércio internacional de bens e serviços, dos fluxos de capital e das transferências de tecnologia”.

A adopção de normas aceites internacionalmente vai, não apenas eliminar os custos de levar a cabo um processo completo de normalização, mas também permitir que esses países fizessem parte da tendência contabilística dominante.

A realidade é que, a concepção, promulgação e imposição de normas de contabilidade envolve custos consideráveis e, mesmo ignorando as vantagens de uniformização, não seria de todo economicamente vantajoso, que cada país iniciasse o seu próprio processo.

A segunda vantagem que descreve, é que a crescente internacionalização das economias mundiais e o aumento da interdependência entre as nações, ao nível do comércio internacional e dos fluxos de investimentos, são argumentos de peso para aceitação de normas internacionais de contabilidade e de auditoria.

Esta internacionalização das normas, irá também, facilitar as transacções internacionais, a fixação de preços e as decisões de afectação de recursos económicos, podendo tornar os mercados financeiros internacionais mais eficientes.

Por último, a necessidade que as empresas têm em aumentar o seu capital, através de emissões públicas de acções/obrigações, dada a insuficiência dos resultados retidos para financiar projectos e a facilidade de recurso a financiamentos estrangeiros, tem aumentado a necessidade de harmonização.

Na opinião de RODRIGUES (2005: 19), uma vantagem da harmonização deve-se: “ (...) ao desejo de se eliminar as diversas alternativas possíveis a nível aplicação dos princípios contabilísticos e à necessidade de aproximar os sistemas de informação internos e externos, porque o que está em jogo é a credibilidade da contabilidade.”

Resumindo, as vantagens mais evidentes da harmonização contabilísticas, centram-se na apresentação de um único conjunto de contas, reduzindo os custos de elaboração da informação financeira; facilidade de acesso à obtenção de recursos juntos dos investidores; à comparabilidade e credibilidade das contas; e, à confiança na aplicação dos respectivos critérios contabilísticos.

Já segundo vários autores, referem que existem desvantagens no que diz respeito à harmonização contabilística internacional.

Segundo SILVA (2004: 40), as “ (...) diferenças culturais e práticas contabilísticas dos países integram a UE têm constituído um obstáculo a tal desiderato, a tal ponto que os resultados da política harmonizadora desenvolvida pela UE, embora positivos, ficaram aquém das expectativas depositadas.”

“Os obstáculos, frequentemente levantados por esta harmonização, têm a sua origem nas diferenças existentes entre os diversos países de todo o mundo, diferenças essas que, podem ser derivadas dos sistemas legais, dos destinatários da informação, organismos profissionais, do nível da teoria e pesquisa contabilística e da própria cultura e desenvolvimento histórico”, refere NOBES e ALEXANDER (1994) in AMARAL (2001: 36).

CUNHA (2006: 41), sugere que são quatro as desvantagens da harmonização.

A primeira, é a nacionalização por razões que tem a ver com a cultura, há tendência para rejeitar princípios e práticas seguidas por outros países, citando LAWRENCE (1997) in CUNHA (2006: 41): “Os próprios organismos normalizadores de cada país que estabelecem normas e regras contabilísticas não querem ver o seu trabalho subordinado às regras impostas por outros, desenvolvidas em outros qualquer lugar, porque lhes tira importância (*status*).”.

A segunda razão, centra-se nos utilizadores: existem diferentes tipos de utilizadores da informação financeira.

Assim, sem um acordo entre os diferentes utilizadores e sem estabelecimento de uma hierarquia dos diferentes interesses, não será fácil conseguir-se um processo global de harmonização contabilística.

“Com a globalização do mercado de capitais, o investidor tornar-se-á o mais importante dos utilizadores”, convicção de LAWRENCE (1997) in CUNHA (2006: 41).

Como terceira desvantagem, refere os diferentes pontos de partida, se tivermos em conta o desenvolvimento histórico de cada país³⁹.

Por último, os conflitos entre as organizações, os vários organismos, privados/públicos, envolvidos no processo de harmonização, têm diferentes objectivos e ambições.

Cada organismo tem a sua ideia acerca do processo de harmonização e dos benefícios que podem ser alcançados e; têm diferentes expectativas sobre as práticas contabilísticas e respectivas divulgações.

Assim, no que respeita a este capítulo, da harmonização contabilística internacional - com a livre circulação de pessoas, capitais, bens e serviços e, com todos os entraves removidos ao comércio - provoca uma concorrência entre os mercados, que estão sujeitos a regulamentação dos organismo internacionais e nacionais.

Estas entidades, internacionais e nacionais, trabalham no sentido de uma harmonização internacional, com vista a eliminação da diversidade contabilística.

A diversidade que existe entre todos os países, desde a cultura, sistema legal, as diferentes práticas e princípios contabilísticos, levam a que o resultado de uma mesma empresa em diversos países é diferente.

Com estas divergências na informação financeira, os utentes dessa mesma informação, acabarão por tomar decisões equivocadas.

³⁹ Ver ponto 2.1.1.

Das empresas esperam-se resultados relevantes, fiáveis, compreensíveis e comparáveis⁴⁰, com o menor custo possível, para uma tomada de decisão, tendo em conta o seu interesse.

Estes diferentes resultados colocam em causa a credibilidade da empresa perante os seus utilizadores.

3. O PROCESSO DE HARMONIZAÇÃO

Seguidamente, e depois de referirmos a necessidade da harmonização contabilística internacional no capítulo anterior, neste vamos abordar todo o processo de harmonização contabilística levado a cabo pela União Europeia e no nosso país, Portugal.

3.1. NA UNIÃO EUROPEIA

3.1.1. PERÍODO DE 1970-1990

Segundo MORAIS e LOURENÇO (2005: 31), esta primeira fase resulta da aprovação e implementação de directivas comunitárias.

Afirmam: “esta emissão de directivas é uma missão extremamente importante, desde que se entenda como um ponto de partida no processo de harmonização das práticas contabilísticas na UE e não como um fim em si mesmo”.

Todos os Estados estão obrigados a alcançar e estabelecer os elementos mínimos, comuns ao direito contabilístico europeu.

⁴⁰ Estas quatro características são características qualitativas das demonstrações financeiras, são atributos que tornam a informação financeira útil aos utentes. Elas vêm mencionadas na estrutura conceptual (§§24 a 46) do modelo de sistema normalização contabilístico desenvolvido pela Comissão de Normalização Contabilística. Estas características estão mencionadas no ponto 3. do POC (2005).

Estes instrumentos devem ser, portanto, transpostos para a legislação nacional dos Estados Membros. Cabe a eles a sua promoção e regularização, para cumprirem com o mínimo imposto pelos normativos comunitários.

Com intuito de promover a harmonização da informação financeira, destacam-se quatro directivas publicadas:

A Directiva nº 78/660/CEE, do Conselho, de 25 de Julho (4ª Directiva), que estabelece os requisitos em matéria de elaboração e publicação das contas anuais de certas formas de sociedades;

A Directiva nº 83/349/CEE, do Conselho, de 13 de Julho (7ª Directiva), que define os requisitos quanto a elaboração das contas consolidadas;

A Directiva nº 86/635/CEE, do Conselho, de 8 de Dezembro, que aborda as questões específicas das contas anuais e consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras;

A Directiva nº 91/674/CEE, de 19 de Dezembro, que estabelece os requisitos específicos relevantes para a elaboração das contas anuais e consolidadas das empresas seguradoras.

Algumas críticas mencionadas por MORAIS e LOURENÇO (2005:30), centram-se “na existência de elevado número de disposições de carácter opcional, utilização de conceitos imprecisos e ausência de regulamentação sobre algumas questões”.

3.1.2. PERÍODO DE 1990-1995

HULLE (1997) in AMARAL (2001), refere que neste período, em 1990, se realizou um encontro para debater o futuro da harmonização contabilística na UE.

Nesse encontro, ficou evidente a divergências de objectivos dos vários países comunitários e revelou ainda a fraqueza no processo de harmonização europeu, admitindo que a solução passará por todos os desenvolvimentos conseguidos a nível internacional.

Este período é caracterizado “ (...) pela apatia e paragem no processo de harmonização contabilística”, descrevem MORAIS e LOURENÇO (2005: 31).

3.1.3. PERÍODO DE 1995-2000

Esta fase inicia-se com a emissão de uma Comunicação [COM 95 (508)] denominada: “Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional”.

A abordagem deste comunicado consiste em fazer intervir a UE no processo de harmonização internacional, já em curso a nível do Comité de Regulação Contabilística⁴¹.

Este processo tem por objectivo, estabelecer um conjunto de normas, susceptíveis de ser aceites nos mercados de capitais a nível mundial.

Simultaneamente, a União deverá preservar as suas próprias conquistas, no domínio da harmonização, que constituem uma parte fundamental da legislação sobre mercado interno.

Nesse sentido, deverá agir com vista a garantir que, as *International Accountings Standards* (IAS) existentes (actualmente resultado das profundas alterações verificadas recentemente, as *International Accounting Standards*, passarão a designar-se, *International Financial Reporting Standards* (IFRS)), estejam de acordo com as directivas comunitárias e, que, as IAS a definirem no futuro, continuem a ser compatíveis com a legislação comunitária.

⁴¹ Ver ponto 1.1.1.

Segundo MORAIS e LOURENÇO (2005), este comunicado anuncia que não tenciona abandonar os seus esforços de harmonização no domínio contabilístico, sendo de evitar, na medida do possível, a emissão de nova legislação ou alteração da já existente, mas também a criação, de um conjunto suplementar de normas, que vieram sobrepor-se às já existentes.

No comunicado também se recomenda, no sentido de solucionar o problema com que se defrontam as empresas europeias, que pretendam ser admitidas à cotação nos mercados de capitais internacionais, permitindo às empresas de grande dimensão dos EM a apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas do IASB⁴².

Quanto a estas normas, sempre que entrem em conflito com as directivas comunitárias, propõe-se sejam examinadas, no âmbito do Comité de Regulação Contabilística, verificando se as normas das directivas, estão em conformidade com as normas do IASB existentes.

Remete-se, assim, para os EM, a condução do processo similar relativamente à legislação nacional, o que deverá proporcionar um ponto de partida, com base no qual cada país decidirá, se as empresas podem ou não aplicar as normas do IASB e, em que medida. As eventuais situações de conflito, deverão ser solucionadas através de um trabalho conjunto entre a UE e o IASB.

Em 1996, também foi emitido outro documento intitulado “Análise da Conformidade entre as IAS e as Directivas Comunitárias em Matéria de Contabilidade” (XV/7003/96), no qual o Comité de Regulação Contabilística, afirma existir, de um modo em geral, compatibilidade entre os normativos em questão, apesar de algumas diferenças pontuais.

Posteriormente, este Comité foi examinando as actualizações efectuadas pelo IASB, mantendo a opinião de que não existem grandes conflitos, entre as normas do IASB e da IV e VII Directiva⁴³.

⁴² Ver ponto 1.1.5.

⁴³ Ver ponto 3.1.1.

No entanto, ao nível de cada EM, poderão existir alguns problemas de compatibilidade com as normas do IASB, pelo facto das legislações respectivas, serem o resultado da transposição de dois diplomas que prevêm um número significativo de carácter opcional.

No ano de 2000, no sentido de se atingir a comparabilidade da informação financeira, a Comissão emitiu uma nova comunicação denominada “ A Estratégia da União Europeia em Matéria de Informação Financeira a Prestar pelas Empresas”. [COM 2000 (359)]⁴⁴

3.1.4. PERÍODO DE 2001-2005

Neste período, verifica-se a implementação da estratégia de harmonização, elegendo-se como instrumento legal do Regulamento. Também importante, foi a criação de dois Órgãos:

- European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG)⁴⁵
- Accounting Regulatory Committee (ARC)⁴⁶

Em 27 de Setembro de 2001, foi publicada a Directiva 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera as Directivas 78/660/CEE (IV Directiva), 83/349/CEE (VII Directiva), bem como a Directiva 86/635/CEE dos bancos e outras instituições financeiras, com vista à permissão do Justo Valor.

Esta directiva foi transposta para o nosso normativo, devendo os EM transpor para o seu ordenamento jurídico interno, as disposições desta directiva, o mais tardar até dia 1 de Janeiro de 2004⁴⁷.

Em 2002, foi aprovado o Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, que impôs mínimos em matéria de adopção das NIC, a partir de 1 de Janeiro de 2005.

⁴⁴ Ver ponto 1.1.7.

⁴⁵ Ver ponto 1.1.3.

⁴⁶ Ver ponto 1.1.1.

⁴⁷ Esta directiva foi transposta para o nosso normativo nacional através do DL 79/2003, de 23 de Abril.

Como refere o artigo 4º do Regulamento: “em relação a cada exercício financeiro com início em/ou depois de 1 de Janeiro de 2005, as sociedades regidas pela legislação de um Estado Membro devem elaborar as suas contas consolidadas em conformidade as normas internacionais de contabilidade, adoptadas nos termos do nº 2 do artigo 6º, se à data do balanço e contas, os seus valores mobiliários estiverem admitidos a negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro, na acepção do nº 13 do artigo 1º, da Directiva 93/22/CEE do Conselho, de 10 de Maio de 1993, relativa aos serviços de investimento no domínio dos valores mobiliários.”

A Directiva 2003/51/CE (que altera as Directivas 78/660/CEE (IV Directiva), 83/349/CEE (VII Directiva), bem como a Directiva 86/635/CEE dos bancos e outras Instituições Financeiras e a dos Seguros, a Directiva 91/674/CEE), foi emitida no sentido de eliminar as incoerências ainda existentes entre as directivas e as NIC, com vista atingir três objectivos.

Segundo o “Projecto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, os três objectivos são: “eliminar todos os conflitos existentes entre directivas contabilísticas e IAS; garantir que as opções no domínio contabilístico previstas actualmente ao abrigo das IAS, possam ser aplicadas pelas empresas da UE, que continuem a basear-se nas directivas contabilísticas para elaboração das suas contas; actualizar a estrutura base das directivas contabilísticas, para que estas assegurem um quadro na apresentação de informação financeira, que se coadune com as práticas modernas e que sejam suficientemente flexíveis para se adaptar à futura evolução das IAS.”

Neste período, também se verificou a publicação do Regulamento 1725/2003, da Comissão, de 21 de Setembro, que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Tal como dispõe o nº 2 do artigo 3º do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, “as normas internacionais de contabilidade só podem ser adoptadas se: não forem contrárias ao princípio estabelecido no nº 3 do artigo 2º da Directiva 78/660/CEE e no nº 3 do artigo 16º da Directiva 83/349/CEE e corresponderem ao interesse público europeu; e, satisfizerem os critérios de inteligibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade requeridos das informações financeiras necessárias, para a tomada de decisões económicas e apreciação da eficácia da gestão.”

Sobre a aceitação, no processo de adopção das NIC, manifestaram-se vários autores a sua opinião, “ (...) as normas emitidas pelo IASB não são automaticamente aceites pela UE, devendo passar por um mecanismo de filtragem a cargo do Comité de Regulamentação Contabilística (...) desse facto podem resultar, como já sucedeu, algumas diferenças entre o texto emitido pelo IASB e o aprovado pelos Regulamentos comunitários. Daí que, ao invocar as IFRS/IAS, se deva especificar se são as emitidas pelo IASB ou as aprovadas ao abrigo do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho.” CIPRIANO (2006) in ANTÃO *et al.* (2007: 26)

“Evidentemente, que o processo de adopção das IAS não é um processo tão pacífico como se poderia admitir à primeira vista, já que não estando estudado o impacto que as normas poderiam ter nas contas das sociedades europeias caso se aplicassem todas as normas IAS, da primeira aplicação poderiam surgir algumas consequências graves em termos de imagem e de custos, pela necessidade que as empresas teriam de efectuar uma aplicação retrospectiva das normas. Para obviar estas dificuldades, foram encetadas negociações com o IASB visando a alteração das normas IAS no que respeita à primeira aplicação, através das exigências de uma aplicação prospectiva das normas. Essas normas levaram à aprovação, por parte, do IASB, da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, como referencia CRAVO (2005) in ANTÃO *et al* (2007: 26).

Conclui ANTÃO *et al.* (2007), que a UE não adoptou integralmente o normativo do IASB e presentemente continua a não adoptar, mas também existe uma diferença temporal, significativa, entre a emissão/alteração de uma norma ou interpretação do IASB e a sua aplicação na Comunidade Europeia.

3.2. EM PORTUGAL

O processo de harmonização em Portugal, foi dividido em quatro grandes fases, vários autores identificaram estas fases, de entre eles, evidenciamos o que referem MORAIS E LOURENÇO (2005).

A primeira fase, de 1976 até 1988, caracteriza-se pela criação da CNC⁴⁸ e pela publicação do primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC), através do DL nº 44/77, de 7 de Fevereiro, o qual foi fortemente influenciado pela normalização contabilística francesa.

A segunda fase, de 1989 até 1991, identifica-se pela obrigatoriedade de ajustamento dos normativos nacionais às directivas 78/660/CEE (IV Directiva) e à Directiva 83/439/CEE (VII Directiva), na sequência da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986.

Como resultado destes ajustamentos, foi aprovado o segundo e actual POC, através do DL nº 410/89, que transpõe a IV Directiva e foram aprovadas normas de consolidação, através do DL nº 238/91⁴⁹, que transpõe a VII Directiva.

Porém, o POC foi, posteriormente, sujeito a algumas alterações pontuais.

A terceira fase, de 1992 a 2004, caracterizou-se pela publicação de directrizes contabilísticas preparadas pela CNC e cujo o objectivo corresponde à interpretação e desenvolvimento do POC.

⁴⁸ Ver ponto 1.2.2.

⁴⁹ Este DL inclui, além de outras disposições relativas à consolidação de contas, um conjunto de alterações ao POC, nomeadamente, a inclusão dos capítulos 13 – Normas de Consolidação de Contas e capítulo 14 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A última fase, a partir de 2004, ficou caracterizada pela obrigatoriedade de aplicação das normas do IASB, a partir do exercício que se inicie em 2005, pelas entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme disposto no Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Para sintetizarmos este capítulo, apresentamos todo o processo levado a cabo pela União Europeia para aprovar o Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho; e, todo o trabalho efectuado pela CNC, no caso do nosso País (Portugal), no processo de convergência com as normas do IASB, culminando com o “Projecto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística” que passou a designar-se “Sistema de Normalização Contabilística”.

Este “Sistema de Normalização Contabilística”, no ponto 1.4. apresenta as suas decisões sobre aplicação do Regulamento – o Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro – com objectivo de criar um quadro jurídico integrado no novo regime contabilístico de origem comunitária.

Estabelece ainda a possibilidade, prevista no Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo a aplicação das NIC, as obrigações e opções, na elaboração das demonstrações financeiras, cujas entidades têm valores mobiliários à negociação num mercado regulamentar. Estas alternativas estão descritas no próximo capítulo.

4. O “SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA”

Neste capítulo vamos abordar o “Sistema de Normalização Contabilística” (SNC), como referimos no final do capítulo anterior, indicando ordenamento contabilístico nacional e as alternativas, no que diz respeito a elaboração das contas consolidadas e individuais, das empresas com valores mobiliários negociados publicamente, por imposição do Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho.

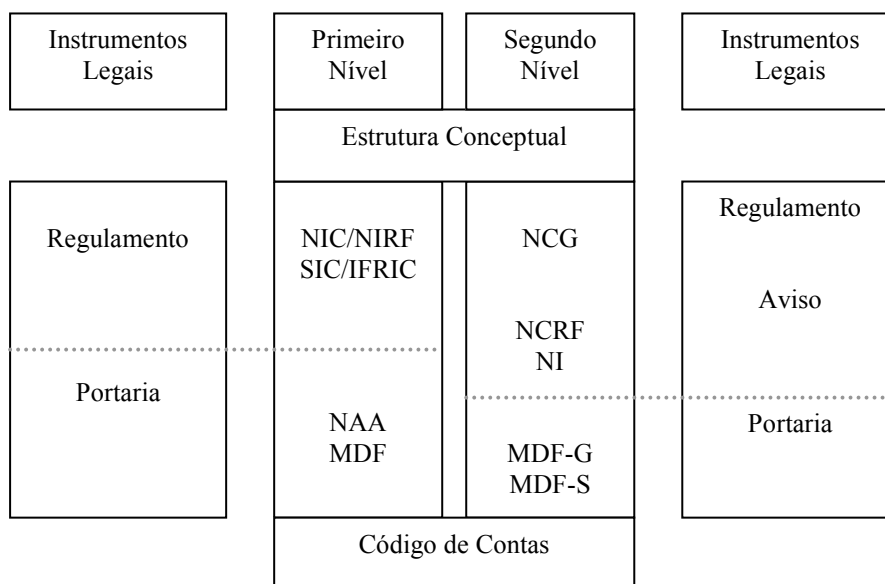
4.1.O ORDENAMENTO CONTABILÍSTICO NACIONAL

O SNC foi concebido, refere CIPRIANO (2007: 7), “ não apenas a um impulso de modernização do ordenamento contabilístico português, mas sobretudo, a uma necessidade de alinhamento de Portugal, com as orientações europeias em matéria contabilística.”

O modelo proposto, é a conexão da legislação da UE com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Compreendem dois níveis dirigidos a dois grupos diferenciados de entidades económicas, embora submetidos à mesma estrutura conceptual (EC) e ao mesmo código de contas (CC).

No esquema seguinte, apresentamos o suporte jurídico, com os instrumentos legais existentes do novo edifício normativo, para que aponta o SNC:



Fonte: CNC (2003: 28)

O primeiro nível, refere CIPRIANO (2007: 13), ao contemplar a obrigatoriedade das contas individuais e consolidadas, das entidades com valores mobiliários admitidos a negociação num mercado regulamentado de um EM e, facultativamente, para quaisquer outras entidades, seja para contas consolidadas, seja para as contas individuais, desde que as suas demonstrações financeiras sejam objecto de certificação legal de contas⁵⁰.

Ambos os níveis terão em comum a EC e o CC, “ (...) certamente com a finalidade de assegurar um alicerce comum e alguma homogeneidade de preparação e leitura da informação financeira relatada pelas diversas entidades (...).” refere ANTÃO *et al.* in CIPRIANO (2007: 28).

A EC da SNC segue, de muito perto, a Estrutura Conceptual de Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras do IASB.

Relativamente ao CC, o projecto aponta para uma matriz com uma lógica correspondendo ao já existente, adaptando-o à terminologia e exigências das novas normas. Claro que, o CC não poderá ter um carácter obrigatório para as entidades que integram o 1º nível, embora o projecto da CNC, aponte no sentido do quadro e da lista genérica de contas, serem os mesmos.

O normativo do 1º nível é composto pelas Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF), SIC/IFRIC, Notas Anexas Adicionais (NAA) e Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

As NAA correspondem às divulgações que venham a ser exigidas pela legislação nacional, para além das decorrentes das NIC/NIRF.

⁵⁰ Ver artigo 262º - Fiscalização - do Código das Sociedades Comerciais.

O projecto da CNC, considera que o conjunto de demonstrações financeiras inclui o Balanço, Demonstrações dos Resultados, por natureza e por funções, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações de Alterações do Capital Próprio (é uma exigência do normativo do IASB, mas de certo modo já contemplada no normativo nacional, integrado no anexo ao balanço e a demonstração dos resultados), é um modelo para divulgações dos princípios contabilísticos e notas anexas.

Confrontando as soluções do projecto, com o que dispõe a IAS 1 relativa à apresentação de demonstrações financeiras, constata-se que o projecto nacional é mais exigente em termos de demonstrações dos resultados, pois aponta para a elaboração de duas demonstrações financeiras, enquanto o IASB impõe apenas a elaboração de uma.

O IASB, contrariamente ao definido previsivelmente para o normativo nacional, não impõe nenhum desenho exclusivo normalizador para balanço e demonstrações dos resultados, indica sim as rubricas e/ou informações que, obrigatoriamente, deverão constar dessas demonstrações.

O normativo do 2º nível, compreende os Normativos de Carácter Geral (NCG), Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI), Modelo de Demonstrações Financeiras (MDF) e Modelo de Demonstrações Financeiras Simplificado (MDF – S).

De acordo com o projecto (§59) os NCG, “correspondem ao elenco de regras que, em articulação com a estrutura conceptual, forneçam orientações gerais. Inclui-se aqui, designadamente, as matérias objecto dos actuais capítulos 1 a 5 do POC, adequadamente actualizadas e reenquadradas”.

Por seu lado, as NCRF, foram definidas no projecto (§59) como sendo “adaptação das IFRS às necessidades das entidades com menor exigências de relato financeiro, dispensando-se a aplicação de certas IFRS e de determinados procedimentos e divulgações exigidas por IFRS, que as circunstâncias justificarem, embora garantindo, no essencial, os critérios de reconhecimento e mensuração”.

Os MDF são contemplados, no projecto, com duas versões, uma geral (G), e uma simplificada (S), prosseguindo aqui o espírito do que se encontra actualmente definido no artigo 3º do DL 410/89, o qual prevê soluções simplificadas, para as pequenas empresas.

As NI, que menciona o projecto, equivalerão às actuais Interpretações Técnicas, emitidas pela Comissão Executiva da CNC.

O projecto considera que, o seu objectivo, é o de contribuir para o bom funcionamento dos mercados de capitais da Comunidade e, consequentemente, para a realização do mercado interno, com o objectivo de possibilitar às empresas nacionais, as opções pelas soluções que mais lhes convier e, tendo em conta as práticas contabilísticas nacionais a que o processo de transição destes modelos decorra de forma faseada e se venha a consubstanciar numa natural e desejada evolução.

Então, entende-se que, ao primeiro nível de normalização contabilística ficam sujeitas as contas consolidadas, as entidades referidas no artigo 4º do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Quanto às contas individuais, ficam sujeitas as entidades referidas na alínea a) do artigo 5º do Regulamento.

No segundo nível de normalização contabilística, quanto às contas consolidadas (excluindo as entidades abrangidas pelo primeiro nível) as restantes entidades sujeitas a elaboração de contas consolidadas.

Quanto às contas individuais (excluindo as entidades abrangidas pelo primeiro nível) as restantes sociedades reguladas pelo Código das Sociedades Comerciais; as empresas individuais reguladas pelo Código Comercial; os estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada; as empresas públicas; as cooperativas; os agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico; outras entidades.

As sociedades que, à data do encerramento das contas, não tenham ultrapassado dois dos três limites referidos no artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais, poderão apresentar modelos simplificados de demonstrações financeiras.

Qualquer entidade obrigada à adopção do segundo nível de normalização contabilística poderá optar, pelo primeiro nível de normalização contabilística, desde que as suas contas sejam objecto de certificação legal. Uma vez tomada, tal opção, só poderá ser revista passados que sejam três exercícios contabilísticos.

Segundo SILVA (2004: 26), “o primeiro nível é de carácter europeu/internacional, aplica-se sobretudo às organizações económicas com maior exigências de relato financeiro (...) o segundo nível de normalização contabilística já é de cariz nacional e é dirigido às entidades que não tenham de aplicar o primeiro nível.”

Quanto às Entidades abrangidas pela supervisão do BP⁵¹ e ao ISP⁵², ficarão sujeitas às normas que vierem a ser definidas pelas componentes entidades reguladoras.

Sobre o SNC, VIANA (2008: 6) realça que, “ (...) o surgimento do Sistema de Normalização Contabilística, enquanto processo de modernização contabilística portuguesa e de aproximação aos padrões internacionais, é importante e desejável. No entanto, todos temos consciência de que é impossível obter um sistema perfeito e totalmente consensual (...) o principal problema que antevejo é uma leitura menos ponderada da realidade económica e dos agentes portugueses.”

⁵¹ Ver nota 24.

⁵² Ver nota 25.

Segundo as convicções de CRAVO (2006: 29), no que diz respeito à organização do SNC, à legislação societária e à actuação futura da CNC “a informação financeira é um bem público, logo é susceptível de protecção jurídica, atentos os efeitos económicos das normas contabilísticas, as mesmas podem ser utilizadas como instrumentos de políticas económicas e, portanto, devem ser politicamente tuteladas”.

Refere o projecto (§71), que em termos nacionais, poderá “proporcionar um salto qualitativo no relato financeiro; reduzir atitude essencialmente mecanista no raciocínio e na boa aplicação dos instrumentos contabilísticos; constituir um elemento de apoio à internacionalização das nossas empresas, facilitando o seu financiamento através de instituições de crédito ou de bolsas de valores; promover a elevação do nível do ensino em matéria de contabilidade; promover o desenvolvimento da profissão contabilística, eliminando os riscos de elevada compartimentação ou até, completar segregação da profissão e proporcionar o incremento de quadros técnicos de nível europeu e internacional.”

Da parte da sociedade civil, do ensino e muito especialmente da profissão contabilística, espera-se que façam todos os esforços no sentido de um envolvimento empenhado, conduzindo um consenso amplo na definição do modelo de normalização contabilística nacional mais proveitoso para o futuro do país, aceitando todos os desafios que advierem. (§72 do projecto)

A proposta do SNC vem manter dois referenciais, assegurando a inteira compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos seguintes três grandes grupos de entidades, que operam em Portugal: as empresas com valores mobiliários à negociação aplicam directamente as NIC; restantes empresas de sectores não financeiros, que aplicarão as NCRF e as empresas de menor dimensão, que aplicarão a NCRF – PE. No preâmbulo do projecto de Decreto-Lei sobre o SNC, foi criada uma estrutura em que, às NIC, se assegura a coerência horizontal entre elas. Quanto às entidades, tornar uma fácil comunicabilidade vertical, sempre que as alterações na sua dimensão impliquem diferentes exigências de relato.

4.2. AS ALTERNATIVAS

Sobre as decisões nacionais quanto à aplicação do Regulamento 1606/2002, o Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho e define na sequência do artigo 5º do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, o âmbito de aplicação das NIC.

Deste artigo 5º do Regulamento – Opções relativas às contas anuais e às sociedades cujos títulos não são negociados publicamente – entende-se que:

Quantos às Obrigações, no artigo 11º, do DL nº 35/2005, estabelece que “ (1) – As entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem, nos termos do artigo 4º do Regulamento (CE) 1606/2002 do Parlamento e do Conselho, elaborar as suas contas consolidadas com as normas internacionais de contabilidade, adoptadas nos termos do artigo 3º do Regulamento, a partir de 1 de Janeiro de 2005. (2) – Em consequência da aplicação do disposto no número anterior, as entidades aí referidas ficam dispensadas da elaboração de contas consolidadas nos termos constantes do Plano Oficial de Contabilidade e demais regulamentação nacional.”.

CIPRIANO (2007: 17), refere que “esta disposição era desnecessária na medida em que já se encontra taxativamente prevista no Regulamento 1606/2002 (...) os Regulamentos são de aplicação directa nos EM.”

Quanto às opções, refere o artigo 12º do DL nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, exercendo a opção mencionada no artigo 5º do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito às entidades sujeitas à adopção do POC:

“ (1) – As entidades obrigadas a aplicar o Plano Oficial de Contabilidade que não sejam obrigadas pelo disposto do artigo 11º, podem optar por elaborar as respectivas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do artigo 3º do Regulamento 1606/2002, do Parlamento e do Conselho, de 19 de Julho, partir do exercício que se inicie em 2005, desde que as suas demonstrações financeiras sejam objecto de certificação Legal de Contas. (2) – As entidades obrigadas a aplicar o Plano Oficial de Contabilidade incluídas no âmbito da consolidação, quer as entidades abrangidas pelo artigo 11º quer as que exerçam a opção prevista no número anterior, podem optar por elaborar as respectivas contas individuais em conformidade com as normas internacionais de contabilidade adoptadas nos termos do artigo 3º do Regulamento 1606/2002 do Parlamento e do Conselho, desde que as suas demonstrações financeiras sejam objecto de certificação legal de contas. (3) – As opções definitivas referidas no número anterior têm carácter integral e definitivo. (4) – O carácter definitivo referido no número anterior não se aplica às entidades que, tendo optado pela aplicação das normas internacionais de contabilidade, estejam incluídas no âmbito da consolidação de entidades que não as adoptem.”

Seguidamente apresentamos um Quadro-Resumo, tendo em conta as opções de aplicação das IFRS/IAS, às entidades no que diz respeito à elaboração das suas contas:

Adopção das IFRS/IAS (Reg. 1606/2002)	Contas Consolidadas	Contas Individuais
Obrigatória	Entidades com valores mobiliários admitidos à negociação.	_____
Por opção	Outras entidades (desde que sujeitas a Certificação Legal de Contas (CLC))	Entidades com valores mobiliários admitidos a negociação (desde que sujeitas a CLC) _____ Entidades incluídas na Consolidação (desde que sujeitas a CLC)

Fonte: CIPRIANO (2007)

Conclui-se, que em aspectos contabilísticos, passa a existir em Portugal dois referenciais.

O das normas definidas no âmbito dos artigos 2º e 3º do Regulamento 1606/2002, do Parlamento e do Conselho, de 19 de Julho, e o normativo contabilístico nacional, aprovado no uso das suas competências dos órgãos normalizadores nacionais.

O DL nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, apenas obriga, a imposição do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, à adopção das contas consolidadas das entidades com valores mobiliários admitidos à negociação, em bolsas de qualquer EM, ou que venha a estar, e permite, por opção deste modelo, às contas individuais/consolidadas de outras entidades.

Sempre que uma entidade, por não ser obrigada, ou porque não tenha adoptado, desde que seja sujeita no âmbito da aplicação do DL nº 410/89, tem de aplicar o modelo POC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Actualmente, com a globalização das economias, os investidores alargam os seus horizontes.

A internacionalização das empresas é cada vez mais uma evidência, necessitando de recursos financeiros à escala mundial.

A tecnologia de comunicação, tem permitido a integração de mercados de capitais nacionais à escala mundial.

As empresas necessitam de normas aceites por todos os mercados de capitais mundiais, para permitir uma maior comparabilidade dos seus resultados e, de uma maior transparência da informação financeira, para uma tomada de decisão mais fidedigna.

A harmonização, é um assunto que ainda gera alguma controvérsia e ainda levará algum tempo a que seja unânime a nível mundial. Não é só no que toca ao desenvolvimento das normas, que se pretende que seja benéfico a todos os países.

As normas devem ser elaboradas, atendendo às necessidades dos investidores e dos mercados de capitais, proporcionando informação financeira credível.

No processo levado a cabo pela União Europeia, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, Portugal teve que transpor as directivas comunitárias e terá de cumprir, com todas as alterações que surjam ao nível dos Regulamentos comunitários.

As diferenças que ainda existem, entre organismos internacionais e nacionais, reflectem-se no SNC. Para eliminar estas diferenças, prevê-se que o SNC ainda venha a ser aperfeiçoado.

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo IASB com o FASB, é bastante importante. O IASB, no que respeita a aplicação das IAS, junto dos organismos nacionais também tem de continuar a trabalhar no sentido das IAS serem interpretadas e aplicadas de forma consistente.

No que diz respeito às alternativas, as empresas com valores mobiliários admitidos à negociação, ficam obrigadas a elaborar as suas contas consolidadas, em conformidade com as NIC adoptadas nos termos do artigo 3º, do Regulamento 1606/2002.

Às restantes entidades ficam com a opção de as aplicar nas suas contas consolidadas, desde que sujeitas a CLC. As entidades com valores mobiliários admitidos à negociação, nas suas contas individuais, têm a opção de aplicar as NIC, desde que, estas sejam sujeitas a CLC.

O vasto número de «pequenas e médias empresas», em comparação com o pequeno número de «grandes empresas», no nosso quase insignificante mercado de capitais, a aplicação das NIC vai obrigar a um maior trabalho e empenho, por parte dos Técnicos Oficiais de Contas, que deverão ter como prioridade uma actualização constante. Um trabalho mais difícil, por certo, na mentalidade de uma grande parte dos «nossos» empresários.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Catarina Xavier (2001): “Processo de Harmonização contabilística Internacional: Tendências Actuais”, Artigo, Instituto Universitário de Desenvolvimento e promoção Social – Pólo de Viseu Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pág. 33-78. [consultado a 20-03-2008] Disponível em http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_36734052_36761681_1_1_1_1_1,00.html

ANTÃO, Avelino; GONÇALVES, Cristina; SOUSA, Rui, PEREIRA, António; FIGUEIREDO, Amadeu; SISMEIRO, Adelino e FREITAS, Guilhermina (2007): “ O Novo Modelo de Normalização Contabilística Nacional”, Revista TOC #85, Abril, pág. 23-35.

ANTÃO, Avelino; GONÇALVES, Cristina; SOUSA, Rui, PEREIRA, António; FIGUEIREDO, Amadeu; SISMEIRO, Adelino e FREITAS, Guilhermina (2007): “O Sistema de Normalização Contabilística”, Revista TOC #92, Novembro, pág. 22-35.

CRAVO, Domingos (2006): “Perspectivas Evolutivas da Normalização Contabilística”, In Congresso CTOC, Pavilhão Atlântico, Lisboa. [consultado a 20/05/2008] Disponível em http://www.ctoc.pt/downloads/files/gc/11631492131163095636domingos_cravo.ppt

CIPRIANO, João A. S. (2007): “ Manual de Apoio a Acção de Formação Eventual – SNC – Sistema de Normalização Contabilística”, Acção de Formação da CTOC.

CUNHA, Carlos A.S. (2006): “Organismos Normalizadores da Contabilidade”, Revista TOC #74, pág. 36-44.

LEMOS, Eduardo J.F.R. (2006): “Diferenças Conceptuais entre a Normativa Contabilística Internacional e Nacional”, Monografia, Porto. [consultado a 25/05/2008] Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos/normativa-contabilistica/normativa-contabilistica.shtml>

MORAIS, Isabel; LOURENÇO, Isabel Costa (2005): “Aplicação da Normas do IASB em Portugal”, Publisher Team, Lisboa.

PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE (2005), Áreas Editora, 4ª Edição, Lisboa.

RODRIGUES, João (2005): “Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, Áreas, Lisboa.

RODRIGUES, José Miguel (2007): “Sistema de Normalização Contabilística”, Áreas Editora, Lisboa.

SERENS, Manuel C.N. (2008): “Código das Sociedades Comerciais”, Almedina, 21ª Edição, Lisboa.

SILVA, Eduardo (2004): “Normas Internacionais de Contabilidade (NIC): Abordagem Teórica e Prática”, Vida económica, Porto.

VIANA, Rui Couto (2008): “SNC Apresenta Excesso de Divulgações Obrigatórias”, Revista TOC #102, Setembro, pág. 6-19.

NORMATIVOS

Decisão da Comissão 2001/527/CEE, de 6 de Junho: “Institui o Comité Europeu dos Valores Mobiliários”, publicado no JOCE L 191 de 13/07/2001.

Decreto-Lei nº 238/91, “Diário da República nº 149 Série I Parte A” (02/07/1991)
[consultado a 10/09/2008] Disponível em
http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=119823

Decreto-Lei nº 35/2005, “Diário da República nº 34 Série I Parte A” (17/02/2005)
[consultado a 20/05/2008] Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/livro-vii-leis-da/pdf2827/dl-35-2005/downloadFile/file/DL_35_2005.pdf?nocache=1182340351.45

Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho: “Relativo Aplicação da Normas Internacionais de Contabilidade”, publicado no JOCE L 243 de 11/09/2002.

Regulamento nº 1725/2003 da Comissão: “Que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento 1606/2002 do parlamento Europeu e do Conselho.”, publicado JOCE L 261 (13/10/2003).

PUBLICAÇÕES

Comissão Europeia (1995): “ Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional”,

Comissão Europeia (2000): “Estratégia da União Europeia para o Futuro em Matéria de Informações Financeiras a Prestar pelas Empresas”, 13 de Junho, Bruxelas.

Comissão Europeia (2003): “Observações Relativas a certas Disposições do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, relativo a Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, bem como da Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e ainda da Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas.”, Novembro, Bruxelas.

Comissão de Normalização Contabilística (2003): “Projecto de Linhas de Orientação Para Um Novo Modelo de Normalização Contabilística”.

Commission (2006): “Working Arrangement Between European Commission and EFRAG.” [consultado a 20/05/2008] Disponível em <http://www.efrag.org/images/Efrag/EFRAG-EC%20Working%20Arrangement.pdf>

Directiva nº 78/660/CEE, do Conselho, de 25 de Julho (4ª Directiva): “Estabelece os requisitos em matéria de elaboração e publicação das contas anuais de certas formas de sociedades.”

Directiva nº 83/349/CEE, do Conselho, de 13 de Julho (7ª Directiva): “Define os requisitos quanto a elaboração das contas consolidadas.”

Directiva nº 86/635/CEE, do Conselho, de 8 de Dezembro: “Aborda as questões específicas das contas anuais e consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras.”

Directiva nº 91/674/CEE, de 19 de Dezembro: “Estabelece os requisitos específicos relevantes para a elaboração das contas anuais e consolidadas das empresas seguradoras.”

Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro: “Que altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE e 86/635/CEE relativamente às regras de valorimetria aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bem como dos bancos e de outras instituições financeiras.”, publicado no JOCE L 238 (27/10/2001).

Directiva 2003/51/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho: “Que altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do Conselho relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros.”, publicado no JOCE 178 (17/07/2003).

Memorandum of Understanding [consultado em 10/05/2008] Disponível em <http://www.iosco.org/about/index.cfm?section=history>

IOSCO (2003): “Objectives and Principles of Securities Regulation.” [consultado a 10/05/2008] Disponível em <http://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD154.pdf>

WEBGRAFIA

American Institute of Certified Public Accountants – AICPA – consultado a 10/06/2008

www.aicpa.org

Banco de Portugal – consultado a 20/03/2008

www.bportugal.pt

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – consultado a 20/03/2008

www.cmvm.pt

Comissão de Normalização Contabilística – consultado a 24/03/2008

www.cnc.min-financas.pt

Comissão Europeia – consultado a 10/04/2008

http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/committees_en.htm

Committee of European Securities Regulators – CESR – consultado a 10/06/2008

www.cesr-eu.org

European Financial Reporting Advisory Group – EFRAG – consultado a 22/04/2008

www.efrag.org

Financial Accounting Standards Boards – FASB – consultado a 22/04/2008

www.fasb.org

Gesbanha – consultado a 20/05/2008

http://www.gesbanha.pt/contab/conthis/cont_his.htm

Instituto de Seguros de Portugal – consultado a 18/04/2008

www.isp.pt

International Accounting Standards Boards – IASB – consultado a 22/04/2008

www.iasb.org

International Organization of Securities Commissions – IOSCO – consultado a 22/04/2008

www.iosco.org

Organisation for Economic Co-Operation and Development – OCDE – consultado a 10/10/2008

http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_36734052_36761681_1_1_1_1_1,00.html

Portal da União Europeia – consultada a 08/05/2008

http://europa.eu/pol/singl/index_pt.htm

Securities and Exchange Commission – SEC – consultado a 10/05/2008

www.sec.gov